



Entrada em funções de novos Membros no Tribunal de Justiça e no Tribunal Geral da União Europeia

Por decisão de 7 de setembro de 2016, os representantes dos Estados-Membros nomearam Evgeni Tanchev na qualidade de advogado-geral no Tribunal de Justiça, para o período de 19 de setembro de 2016 a 6 de outubro de 2021.

No quadro da renovação parcial do Tribunal Geral, os representantes dos governos dos Estados-Membros nomearam juízes no Tribunal Geral, por decisões de 23 de março de 2016 e de 7 de setembro de 2016, Ricardo da Silva Passos, Paul Nihoul, Barna Berke, Ulf Christophe Öberg, Octavia Spineanu-Matei e Krystyna Kowalik-Bańczyk, para o período de 19 de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2022.

No quadro da reforma da arquitetura jurisdicional do Tribunal de Justiça da União Europeia, os representantes dos governos dos Estados-Membros nomearam juízes no Tribunal Geral, por decisão de 7 de setembro de 2016, Ezio Perillo, Jan Passer e Alexander Kornezov para o período de 19 de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2019 e René Barents, Jesper Svenningsen, e Maria José Costeira para o período de 19 de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2022.

Por decisões de 16 de setembro de 2015, de 23 de março de 2016 e de 24 de maio de 2016, os mandatos de Marc Jaeger, Heikki Kanninen, Savvas Pappasavvas, Sten Frimodt Nielsen, Marc van der Woude, Dimitrios Gratsias, Juraj Schwarcz, Viktor Kreuzschitz e Lauri Madise foram renovados até 31 de agosto de 2022.

Terá hoje lugar uma audiência solene do Tribunal de Justiça por ocasião da prestação de juramento do novo advogado-geral e dos novos juízes que entram em funções.

A cerimónia será transmitida em direto a partir das 18h00 no sítio seguinte:
<http://c.connectedviews.com/cdj>

Curricula vitae dos novos Membros

Evgeni Tanchev

nascido em 1952; licenciado em Direito pela Universidade São Clemente de Ácrida de Sófia (1975); doutor em direito (1979); regente de curso (1977-1984), professor (1984-1990), e em seguida professor associado na Universidade São Clemente de Ácrida de Sófia (1990-2013); decano da Faculdade de Direito da Universidade São Clemente de Ácrida de Sófia (1988-1991); membro do Conselho Legislativo junto da Assembleia Nacional búlgara (1995-1997); regente da cátedra Jean Monnet na Universidade Nova búlgara (2002-2005); presidente do Conselho Jurídico junto do Presidente da Bulgária (2002-2003); juiz (2003-2009), em seguida presidente (2009-2012) do Tribunal Constitucional búlgaro; regente da cátedra de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade São Clemente de Ácrida de Sófia (2013-2016); membro (2006-2016) e vice-presidente da Comissão de Veneza do Conselho da Europa (2013-2015);

membro do Conselho Constitucional junto do Provedor de Justiça da Bulgária (2015-2016); redator de várias revistas jurídicas; autor de numerosas publicações jurídicas; advogado-geral no Tribunal de Justiça desde 19 de setembro de 2016.

Ezio Perillo

nascido em 1950; doutor em Direito e advogado em Pádua; assistente e em seguida investigador confirmado em Direito Civil e Comparado na Faculdade de Direito da Universidade de Pádua (1977-1982); regente da cadeira de Direito Comunitário no Collegio Europeo (Parma, 1990-1998), nas Faculdades de Direito das Universidades de Pádua (1985-1987), de Macerata (1991-1994), de Nápoles (1995) e na Università Statale de Milão (2000-2001); membro do Comité científico do «Master in European integration» na Universidade de Pádua; funcionário na direção Biblioteca, Investigação e Documentação do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, (1982-1984); referendário do advogado-geral G. Federico Mancini no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1984-1988); consultor jurídico do secretário-geral do Parlamento Europeu Enrico Vinci (1988-1993); chefe de divisão do serviço jurídico do Parlamento Europeu (1995-1999); diretor dos assuntos legislativos e das conciliações, das relações interinstitucionais e das relações com os Parlamentos nacionais do Parlamento Europeu (1999-2004); diretor das relações externas do Parlamento Europeu (2004-2006); diretor dos assuntos legislativos no serviço jurídico do Parlamento Europeu (2006-2011); autor de várias publicações em Direito Civil italiano e em Direito da União Europeia; juiz no Tribunal da Função Pública de 6 de outubro de 2011 a 31 de agosto 2016; juiz no Tribunal Geral desde 19 de setembro de 2016.

René Barents

nascido em 1951; licenciado em Direito e licenciado especial em Economia (Universidade Erasmus de Roterdão, 1973); doutor em Direito (Universidade de Utrecht, 1981); investigador em Direito Europeu e em Direito Internacional Económico (1973-1974) e professor das cadeiras de Direito Europeu e de Direito Económico no Instituto Europa da Universidade de Utrecht (1974-1979) e na Universidade de Leiden (1979-1981); referendário no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1981-1986), chefe da secção «Direitos Estatutários» na Divisão do Pessoal do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1986-1987); membro do Serviço Jurídico da Comissão das Comunidades Europeias (1987-1991); referendário no Tribunal de Justiça (1991-2000); chefe de divisão (2000-2009) e em seguida diretor na «Direção Investigação e Documentação» do Tribunal de Justiça da União Europeia (2009-2011); professor titular (1988-2003) e professor honorário (desde 2003) em Direito Europeu na Universidade de Maastricht; consultor no Tribunal de recurso de 's Hertogenbosch (1993-2011); membro da Academia Real das Ciências dos Países Baixos (desde 1993); numerosas publicações em matéria de Direito Europeu; juiz no Tribunal da Função Pública de 6 de outubro de 2011 a 31 de agosto de 2016; juiz no Tribunal Geral desde 19 de setembro de 2016.

Ricardo da Silva Passos

nascido em 1953; licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa (1975); *diplôme d'études approfondies* da Universidade de Estrasburgo (1978); *Master of Laws* da Universidade de Harvard (1984); procurador-adjunto da República no Tribunal da Comarca de Cascais (1975-1976); jurista no secretariado da Comissão Europeia dos Direitos do Homem (1978-1986); referendário no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1986-1987); chefe de divisão no secretariado da Comissão Jurídica e dos Direitos dos Cidadãos do Parlamento Europeu (1988-1999); membro do secretariado da Convenção sobre o Futuro da Europa (2002-2003); chefe de unidade no Serviço Jurídico do Parlamento Europeu (1999-2010); diretor dos Assuntos institucionais e parlamentares no Serviço Jurídico do Parlamento Europeu (2010-2016); juiz no Tribunal Geral desde 19 de setembro de 2016.

Paul Nihoul

nascido em 1963; licenciado em Direito pela Universidade Católica de Lovaina (1988); *Master of Laws* da Universidade de Harvard (1989); doutor em Direito (1998); referendário no Tribunal de

Justiça das Comunidades Europeias (1991-1995); investigador na Universidade Católica de Lovaina (1995-1999); professor na Universidade de Groningen (1999-2001) e em seguida na Universidade Católica de Lovaina (2001-2016); professor convidado de várias universidades, nomeadamente Paris-Dauphine (2013-2016); presidente da Academic Society for Competition Law (2013-2016); editor-chefe de várias revistas jurídicas; juiz no Tribunal Geral desde 19 de setembro de 2016.

Barna Berke

nascido em 1966; licenciado em Direito pela Universidade Loránd Eötvös de Budapeste (1990); *Master of Laws* da Universidade de Estocolmo (1995); advogado inscrito na Ordem dos Advogados de Budapeste; consultor jurídico do Parlamento húngaro no âmbito do processo de adesão da Hungria à União Europeia (1994-1996 e 2002-2004); referendário do presidente do Tribunal Constitucional húngaro (1997-2000); vice-presidente da Autoridade da Concorrência, em seguida presidente do Conselho da Concorrência (2000-2002); árbitro no Tribunal de arbitragem permanente dos mercados financeiros e dos mercados de capitais (2008-2014); regente de curso (1990-1994); professor (1995-1999), em seguida professor associado (2003-2016) na Universidade Loránd Eötvös de Budapeste; Secretário de Estado para a cooperação judiciária europeia e internacional do Ministério da Justiça (2014-2016); juiz no Tribunal Geral desde 19 de setembro de 2016.

Jesper Svenningsen

Nascido em 1966; estudos de Direito (*Candidatus juris*), Universidade de Aarhus (1989); advogado estagiário no gabinete do consultor jurídico do Governo dinamarquês (1989-1991); referendário no Tribunal de Justiça no gabinete do advogado-geral C. C. Gulmann (1991-1993); admissão à Ordem dos Advogados da Dinamarca (1993); advogado no gabinete do consultor jurídico do Governo dinamarquês (1993-1995); regente da cadeira de Direito Europeu na Universidade de Copenhaga; professor no Instituto Europeu de Administração Pública (EIPA), (1995-1997); advogado em Bruxelas (1997); professor e em seguida diretor interino do EIPA (Luxemburgo, 1997-1999); administrador no Serviço Jurídico da Autoridade de Fiscalização AECL (1999-2000); referendário no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias no gabinete do juiz C. C. Gulmann (2003 a 2006), e em seguida do juiz L. Bay Larsen (2006 a 2013); juiz no Tribunal da Função Pública de 7 de outubro de 2013 a 31 de agosto de 2016; juiz no Tribunal Geral desde 19 de setembro de 2016.

Ulf Christophe Öberg

nascido em 1966; licenciado em Direito pela Universidade de Estocolmo (1991); diploma de tradução jurídica franco-inglesa da Universidade de Paris II, Panthéon-Assas (1991); *diplôme d'études supérieures spécialisés* da Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne (1992); diploma do Institut d'études politiques de Paris (1993); investigador na Agência de Investigação da Defesa Nacional sueca (1992 e 1994); participação no programa de formação dos funcionários públicos suecos (1993-1994); consultor jurídico para os assuntos europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1994-1995); referendário no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1995-2000); regente de curso na Universidade de Estocolmo (2000-2016); jurista (2001-2006), em seguida advogado (2006-2016); juiz no Tribunal Geral desde 19 de setembro de 2016.

Octavia Spineanu-Matei

nascida em 1967; licenciada em Direito pela Universidade Alexandru Ioan Cuza de Iași (1990); doutor em Direito (1999); juíza no Tribunal do setor 4 de Bucareste (1991-1996); juíza (1996-1999) e presidente de secção (1997-1999) no Tribunal de Bucareste; juíza (1999-2005) e presidente de secção (1999-2003) no Tribunal de Segunda Instância de Bucareste; membro da Grande Secção dos Recursos do Instituto Europeu de Patentes (2006-2016); formadora e em seguida diretora do Instituto Nacional da Magistratura (2011-2016); juíza no Supremo Tribunal de Cassação e de Justiça da Roménia (2006-2016); membro do Conselho Científico do Instituto Nacional da Magistratura e do Conselho de Direção da Escola nacional dos secretários judiciais (2011-2016);

membro eleito do conselho da Escola Doutoral da Universidade de Bucareste (2012-2016); juíza no Tribunal Geral desde 19 de setembro de 2016.

Maria José Costeira

nascida em 1967; licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra (1991); estudos pós-universitários em Direito da Propriedade Intelectual na Universidade Clássica de Lisboa (2001); advogada estagiária (1991-1992); auditora de justiça (1992-1995); juíza dos tribunais de comarca (1995-1997); juíza no Tribunal de Comércio de Lisboa (1999-2016); juíza no Tribunal da Relação de Coimbra (2016); atividade de ensino do Direito em várias universidades portuguesas e no Centro de Estudos Judiciários; secretária-geral (2012-2015) e em seguida presidente (2015-2016) da Associação Sindical dos Juizes Portugueses; juíza no Tribunal Geral desde 19 de setembro de 2016.

Jan M. Passer

nascido em 1974; licenciado em Direito pela Universidade Carlos de Praga (1997) e *Master of Laws* da Universidade de Estocolmo (2000); doutor em Direito (2007); regente da cadeira de Direito da União Europeia na Universidade Carlos de Praga (2001-2003) e na Academia de Justiça da República Checa (2001-2016); auditor de justiça no Tribunal de comarca de Praga (1997-2001); juiz no Tribunal de Segunda Instância de Praga 2 (2001-2005); juiz no Tribunal Administrativo Supremo da República Checa (2005-2016); regente de curso na Faculdade de Direito da Universidade Masaryk de Brno (2006-2016) e na Universidade Palacký de Olomouc (2014-2016); colaborador jurídico no Ministério da Justiça (2010-2016); juiz no Tribunal Geral desde 19 de setembro de 2016.

Krystyna Kowalik-Bańczyk

nascida em 1976; licenciada em Direito pela Universidade de Gdańsk (1999); *diplôme d'études approfondies* da Universidade de Ciências Sociais de Toulouse (2000); *Master of Laws* em Direito Europeu do Colégio da Europa (2002); doutor em Direito (2004); regente da cadeira de Direito da União Europeia na Universidade Técnica de Gdańsk (2010-2016); professora (2006-2014), em seguida professora associada (2014-2016) no Instituto de Estudos Jurídicos da Academia das Ciências da Polónia; coedição e participação em várias revistas jurídicas; autora de numerosas publicações; juíza no Tribunal Geral desde 19 de setembro de 2016.

Alexander Kornezov

nascido em 1978; licenciado em Direito pela Universidade São Clemente de Ácrida, Sófia (2002) e *LL.M* em Direito Europeu no Colégio da Europa (Bruges, 2004); doutor em Direito (2008); advogado inscrito na Ordem dos Advogados de Bruxelas (2004-2006); professor de Direito Processual da União Europeia na Universidade de Economia Nacional e Mundial de Sófia (2008-2012) e na Universidade São Clemente de Ácrida, Sófia (2010-2013); professor associado de Direito da União Europeia e de Direito Internacional Privado na Academia búlgara das Ciências (desde 2014); regente de curso convidado na Universidade de Cambridge e na KU Leuven; referendário no Tribunal de Justiça (2007-2016); fundador e membro da direção da Associação búlgara de Direito Europeu; editor-chefe do jornal de Direito Europeu *Evropeiski praven pregled*; autor de numerosas publicações em matéria de Direito Europeu; juiz no Tribunal da Função Pública de 13 de abril a 31 de agosto de 2016; juiz no Tribunal Geral desde 19 de setembro de 2016.

Documento não oficial, para uso exclusivo dos órgãos de informação, que não envolve a responsabilidade do Tribunal de Justiça.

Contacto Imprensa: Liliane Fonseca Almeida ☎ (+352) 4303 3667